

editorial

Quem é dono da Política?

Há quem queria reduzir o socialismo a uma técnica de transformação da base económica da sociedade. E como técnica requiere, antes de mais, a intervenção de técnicos especialistas. A participação de cada um na transformação da sociedade estaria, assim, dependente da apresentação de uma única credencial: o domínio da técnica.

Contra esta tendência errada, sempre se combateu nesta Revolução. A experiência da luta de libertação ensinou que a técnica deve estar subordinada à política e que o motor da transformação é a participação popular. A política aprende-se na luta política. Os livros são uma ajuda imprescindível. Mas por si só os livros não forjam, não temperam. A firmeza e a convicção nascem por outros caminhos.

Não existem, assim, os donos da política. Ou se existem são os trabalhadores conscientes e organizados, são as massas unidas e dirigidas pelo seu Partido de vanguarda.

Mas o facto de sempre se ter combatido a tendência de colocar a técnica no trono das prioridades não quer dizer que essa tendência tenha morrido.

Depois da proclamação da Independência surgiram tarefas de grande complexidade, impôs-se como batalha principal a construção de uma economia nova. Houve que preencher estruturas, elaborar projectos. Daí que, necessariamente, se tenha recorrido ao concurso daqueles que detinham, por exclusividade, o domínio do saber e da técnica.

Aqui e acolá ocorreu, porém, uma inversão de critérios. Houve casos em que se instalou a concepção de que o socialismo é uma técnica e se relegou para segundo plano a participação e a mobilização do povo. Esqueceu-se ou fez-se esquecer que há uma maneira política de fazer economia.

Em alguns casos criaram-se mecanismos que contrariam os princípios políticos da nossa Revolução. Os técnicos chegavam para estudar um projecto e consultavam a natureza, consultavam os livros, examinavam o perfil dos solos, a composição química da água. «Esqueciam-se», porém, de consultar a experiência acumulada dos trabalhadores, daqueles a quem o projecto pretendia servir. Assim se criava a ilusão de que a mais pequena obra exigia a mais sofisticada técnica. Assim se consolidava a ideia do Estado-mãe que acorre solicito aos pedidos dos seus filhos menores. A função do cidadão é pedir e saber esperar na ancestral filosofia do «há-de vir». Mas mesmo a função de pedir tem a sua complexidade. O pedido tem as suas normas, tem segredos que escapam ao entendimento do vulgar cidadão. Há que pedir para a Província que depois esta fará o requerimento à Nação. Burocracia e tecnocracia abraçam-se neste silencioso projecto de afastar o povo e de se afastar do povo. Teceram-se, assim, mecanismos que parecem prescindir do envolvimento das massas populares. Como numa teia de aranha esses mecanismos se entrelaçaram.

Há que prosseguir e intensificar a luta para desmanchar esse esquema onde ele se instalou. As Teses para o Congresso apontam o caminho para corrigir estas situações e para impôr o estilo e métodos de trabalho do Partido. E porque esse estilo e esses métodos têm raízes fundas na nossa história nada nem ninguém será capaz de adulterar a maneira viva como Povo e Revolução se misturam e confundem neste país que, por alguma razão, se chama de República Popular.